

Dívida estadual vai ser vigiada

AB 07 AGO 1988

EXTERNA

O serviço da dívida externa total dos estados e municípios atinge atualmente US\$ 1 bilhão 071 milhões. Deste volume eles são obrigados a depositar no Banco Central, em cruzados, o equivalente a 25% do valor devido (cerca de US\$ 297 milhões hoje) e os outros 75% (US\$ 803 milhões) ficam sob a responsabilidade do Tesouro. No momento, o Banco Central está reestruturando as mesas da Diretoria da Dívida Pública para passar a atuar de forma separada no controle das dívidas federal, estadual e municipal.

De acordo com o que foi aprovado no início de julho por sua diretoria, o BC passa a ter um departamento que controlará exclusivamente as dívidas estaduais e municipais, não deixando que elas impeçam o Banco Central de atingir a meta de expansão de 375% traçada para este ano. O que vinha ocorrendo é que todas as formas de expansão monetária vinham se dando conjuntamente, o que atrapalhava um controle mais efetivo sobre os gastos dos estados e municípios.

A partir de agora, passa a existir um departamento destinado a observar de perto o movimento dessas contas, o que vai dar ao Banco Central informações precisas sobre seu andamento, possibilitando que o Governo tome medidas restritivas de política monetária no caso de ser observado um gasto muito grande dos estados e municípios. Na verdade, a preocupação do Banco Central é ajudar no controle da inflação, impedindo que a base monetária estoure. O que vinha sendo observado é que, sempre que há eleições, os estados e municípios gastam muito.

Expansão

Até o momento, o BC acredita que conseguirá atingir a meta de expansão de 375% ao ano, estabelecida pelo Congresso. Mas para isso será preciso que a expansão da base monetária nos próximos meses seja idêntica à registrada nos meses de julho, agosto e setembro do ano passado. O Banco

Central pretende fazer uma política monetária restritiva para impedir um estouro da base, mas para isso, há a necessidade de obter informações precisas sobre o que está ocorrendo nas contas dos estados e municípios.

Por sua vez, os governos estaduais reivindicam que os 25% da dívida externa que eles têm que arcar sejam reduzidos para 5%, o que está sendo estudado — mas não prometido — pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), que recentemente foi obrigada a bloquear as contas do Estado de São Paulo, cujo estouro estava trazendo sérios problemas ao Tesouro. No início de julho as contas do governo e de mais seis empresas estatais de São Paulo foram desbloqueadas, depois que o governo paulista se comprometeu a pagar imediatamente Cz\$ 9 bilhões de sua dívida externa (Cz\$ 36 bilhões) que estava vencida desde março.

Acordo

O acordo fechado com o Tesouro garantiu algumas concessões importantes ao governo Querência: foi perdoado da multa de Cz\$ 1 bilhão de atraso, e o Banco Central ficou de liberar US\$ 60 milhões (Cz\$ 11,5 bilhões) de um empréstimo externo sem o aval do Tesouro Nacional. O governo paulista conseguiu ainda, que as dívidas atrasadas da Cesp (em torno de Cz\$ 1 bilhão) fossem prorrogadas por uma semana.

Os Cz\$ 9 bilhões pagos pelo governo paulista em julho correspondem hoje a cerca de 27% da dívida externa vencida desde março, do governo de São Paulo e de mais quatro estais: Vasp, Dersa, Fepasa e Metrô Paulista. A dívida da Eletropaulo de Cz\$ 715 milhões já havia sido coberta com a acumulação de recursos na sua conta, enquanto esteve bloqueada, pelo recebimento de contas de luz. Segundo os técnicos do Tesouro os Cz\$ 11,5 bilhões liberados para São Paulo cobrir suas dívidas sem aval — um montante emprestado pelo Sanwa Bank, do Japão — não causarão pressão sobre o déficit público.